

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ (SEPLAG/CE

CARGO 2: ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA ÁREA DE ATUAÇÃO: GOVERNANÇA E GESTÃO CORPORATIVA

Prova Discursiva P_4 – Situação-Problema

Aplicação: 21/07/2024

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

- De acordo com o § 2.º do art. 36 do Decreto estadual n.º 35.322/2023, na elaboração do plano de contratações anual, o relatório consolidado do planejamento das contratações deverá conter as seguintes informações:
 - identificação da unidade contratante;
 - descrição do bem ou serviço;
 - estimativa de quantidade ou valor, no caso de serviço, considerada a expectativa de aquisição ou contratação anual;
 - indicação do período pretendido para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades da unidade contratante; e
 - grau de prioridade da compra ou da contratação em baixo, médio ou alto, considerados a relevância e o prazo para a contratação.
- Consoante o art. 3.º do Decreto federal n.º 11.462/2023, o sistema de registro de preços pode ser adotado quando a administração pública o julgar pertinente, como, por exemplo:
 - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
 - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
 - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
 - quando for atender à execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão referente às transferências voluntárias; e
 - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração pública.
- De acordo com o inc. III do art. 47 do Decreto estadual n.º 35.322/2023, cabe ao fiscal administrativo o exame da regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias pela contratada. Logo, não é uma atribuição exclusiva do fiscal técnico do contrato.
- Em consonância com art. 97 da Lei federal n.º 14.133/2021, o seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a administração pública, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento.
- Em conformidade com o art. 59 da Lei federal n.º 14.133/2021, podem ser desclassificadas as propostas comerciais das licitantes que:
 - contiverem vícios insanáveis;
 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração pública; e
 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1

- Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.
Conceito 1 – Apresentou, de forma insuficiente/incompleta, apenas uma informação.
Conceito 2 – Apresentou, de forma suficiente/completa, apenas uma informação.
Conceito 3 – Apresentou, de forma insuficiente/incompleta, apenas duas informações.
Conceito 4 – Apresentou, de forma suficiente/completa, apenas duas informações.
Conceito 5 – Apresentou, de forma insuficiente/incompleta, apenas três informações.

- Conceito 6 – Apresentou, de forma suficiente/completa, apenas três informações.
Conceito 7 – Apresentou, de forma insuficiente/incompleta, apenas quatro informações.
Conceito 8 – Apresentou, de forma suficiente/completa, apenas quatro informações.
Conceito 9 – Apresentou, de forma insuficiente/incompleta, as cinco informações.
Conceito 10 – Apresentou, de forma suficiente/completa, as cinco informações.

QUESITO 2.2

- Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.
Conceito 1 – Citou, de forma insuficiente/incompleta, apenas uma situação.
Conceito 2 – Citou, de forma suficiente/completa, apenas uma situação.
Conceito 3 – Citou, de forma insuficiente/incompleta, apenas duas situações.
Conceito 4 – Citou, de forma suficiente/completa, apenas duas situações.
Conceito 5 – Citou, de forma insuficiente/incompleta, três situações.
Conceito 6 – Citou, de forma suficiente/completa, três situações.

QUESITO 2.3

- Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.
Conceito 1 – Esclareceu que não é atribuição exclusiva do fiscal técnico, mas não apresentou justificativa ou justificou incorretamente.
Conceito 2 – Esclareceu que não é atribuição exclusiva do fiscal técnico, mas apresentou justificativa insuficiente/incompleta.
Conceito 3 – Esclareceu que não é atribuição exclusiva do fiscal técnico, com justificativa suficiente/completa.

QUESITO 2.4

- Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.
Conceito 1 – Esclareceu que a utilização do seguro-garantia não se limita às indenizações decorrentes de inadimplemento, mas não apresentou justificativa ou justificou incorretamente.
Conceito 2 – Esclareceu que a utilização do seguro-garantia não se limita às indenizações decorrentes de inadimplemento, e justificou, agregando, de forma insuficiente/incompleta, apenas uma outra possibilidade.
Conceito 3 – Esclareceu que a utilização do seguro-garantia não se limita às indenizações decorrentes de inadimplemento, e justificou, agregando, de forma suficiente/completa, apenas uma outra possibilidade.
Conceito 4 – Esclareceu que a utilização do seguro-garantia não se limita às indenizações decorrentes de inadimplemento, e justificou, agregando, de forma insuficiente/incompleta, duas outras possibilidades.
Conceito 5 – Esclareceu que a utilização do seguro-garantia não se limita às indenizações decorrentes de inadimplemento, e justificou, agregando, de forma suficiente/completa, duas outras possibilidades.

QUESITO 2.5

- Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.
Conceito 1 – Citou, de forma insuficiente/incompleta, apenas um requisito.
Conceito 2 – Citou, de forma suficiente/completa, apenas um requisito.
Conceito 3 – Citou, de forma insuficiente/incompleta, apenas dois requisitos.
Conceito 4 – Citou, de forma suficiente/completa, apenas dois requisitos.
Conceito 5 – Citou, de forma insuficiente/incompleta, três requisitos.
Conceito 6 – Citou, de forma suficiente/completa, três requisitos.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ (SEPLAG/CE)

CARGO 2: ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA ÁREA DE ATUAÇÃO: GOVERNANÇA E GESTÃO CORPORATIVA

Prova Discursiva P_4 – Questão 1

Aplicação: 21/07/2024

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

1. A sociedade (ou o cidadão) assume o papel de “principal”, pois compartilha as percepções de finalidade e valor e detém o poder social. Todas as pessoas que, em seu papel institucional, implementam a estrutura do Estado brasileiro são “agentes”, ou agentes públicos, que estão necessariamente a serviço do povo.
2. As instâncias externas de governança são responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação, desempenhando importante papel para a promoção da governança das organizações públicas. São autônomas e independentes, e não se vinculam às organizações que são por elas governadas.
3. As instâncias externas de apoio à governança são responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente e nos casos em que disfunções são identificadas pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança, sejam elas internas ou externas.
4. As instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas internas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados. São, também, responsáveis por garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público, servindo de elo entre principal e agente.
5. As instâncias internas de apoio à governança realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, bem como auditorias internas que avaliam os processos de governança e de gestão de riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à alta administração.
6. Exemplos de agentes ou órgãos de cada uma das instâncias de governança pública:
 - Instâncias externas de governança: o Congresso Nacional, o Tribunal de Contas da União e os conselhos superiores no Poder Judiciário;
 - Instâncias externas de apoio à governança: as auditorias independentes e o controle social organizado;
 - Instâncias internas de governança: os conselhos de administração ou equivalentes e a alta administração; e
 - Instâncias internas de apoio à governança: a ouvidoria, a auditoria interna, o conselho fiscal, as comissões e os comitês (por exemplo, comitê de riscos, comitê de desburocratização, comitês estratégicos).

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Principal e agente na governança pública

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Determinou corretamente somente um dos elementos.

Conceito 2 – Determinou os dois elementos, mas cometeu algum erro conceitual.

Conceito 3 – Determinou corretamente os dois elementos.

Quesito 2.2 – Papel das instâncias externas de governança

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Explicou o papel dessas instâncias de forma parcialmente correta.

Conceito 2 – Explicou correta e completamente o papel dessas instâncias.

Quesito 2.3 – Papel das instâncias externas de apoio à governança

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Explicou o papel dessas instâncias de forma parcialmente correta.

Conceito 2 – Explicou correta e completamente o papel dessas instâncias.

Quesito 2.4 – Papel das instâncias internas de governança

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Explicou o papel dessas instâncias de forma parcialmente correta.

Conceito 2 – Explicou correta e completamente o papel dessas instâncias.

Quesito 2.5 – Papel das instâncias internas de apoio à governança

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Explicou o papel dessas instâncias de forma parcialmente correta.

Conceito 2 – Explicou correta e completamente o papel dessas instâncias.

Quesito 2.6 – Exemplo de agente ou órgão de cada uma dessas quatro instâncias de governança pública

Conceito 0 – Não citou nenhum exemplo ou citou exemplos totalmente equivocados.

Conceito 1 – Citou corretamente apenas um exemplo de uma das instâncias.

Conceito 2 – Citou corretamente apenas dois exemplos correspondentes, respectivamente, a duas instâncias.

Conceito 3 – Citou corretamente apenas três exemplos correspondentes, respectivamente, a três instâncias.

Conceito 4 – Citou corretamente quatro exemplos correspondentes, respectivamente, às quatro instâncias.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ (SEPLAG/CE)

CARGO 2: ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA ÁREA DE ATUAÇÃO: GOVERNANÇA E GESTÃO CORPORATIVA

Prova Discursiva P_4 – Questão 2

Aplicação: 21/07/2024

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O conceito de inovação no setor público apresenta papel crítico; a literatura gerencial do setor trata os conceitos de inovação e mudança organizacional de forma similar. Esses conceitos são bastante amplos e complexos e novos enfoques devem ser considerados para resolver várias questões ainda não completamente definidas na administração pública. Assim, inovação tem uma relação direta com mudança, que constitui uma condição inerente às organizações públicas, embora elas mudem mais lentamente que organizações da iniciativa privada. O setor público não sofre concorrência de competidores no mercado, porém as inovações atingem setores variados e um setor impulsiona mudança nos demais. Geralmente, ocorrem inovações incrementais, de cunho de melhorias ou agrupamentos/junções de tecnologias já existentes.

Para a modernização e inovação da gestão pública, a transparência deve ser observada, a partir de ações dos mecanismos voltados para a usabilidade dos *sites* governamentais, com foco na linguagem digital intuitiva, que permita a usuários novos, intermitentes e cativos a obtenção de acesso facilitado às informações de prestação de contas e aos serviços do governo digital, a identificação das conformidades com visualização das oportunidades disponíveis para a população e a diferenciação de meios de entrada para usuários, com perfis diferenciados internos e externos para os sistemas de informações gerenciais.

As estruturas gerenciais e ferramentas de gestão aplicadas ao setor público são diversas e, em geral, oriundas de aplicações no setor privado, que são as bases da gestão logística, da qualidade, da produção, da informação, de projetos, dos custos, de processos, de serviços e por competência. Trata-se de diversas ferramentas de gestão aplicáveis ao setor, destacando-se a matriz SWOT, o ciclo PDCA, 5W2H, a matriz GUT, seis sigma, diagrama de Ishikawa (espinha de peixe), plano de negócios, matriz BCG, entre outras.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1

- Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.
- Conceito 1 – Mencionou o quesito de forma genérica, sem desenvolvê-lo.
- Conceito 2 – Desenvolveu o quesito de forma insuficiente ou parcialmente incorreta.
- Conceito 3 – Desenvolveu o quesito de forma correta e conectada ao tema.

Quesito 2.2

- Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.
- Conceito 1 – Mencionou o quesito de forma genérica, sem desenvolvê-lo.
- Conceito 2 – Desenvolveu, adequadamente, apenas um dos elementos do quesito (transparência, governo eletrônico ou sistemas de informação).
- Conceito 3 – Desenvolveu, adequadamente, apenas dois dos elementos do quesito.
- Conceito 4 – Desenvolveu, adequadamente, os três elementos do quesito.

Quesito 2.3

- Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.
- Conceito 1 – Mencionou o quesito de forma genérica, sem desenvolvê-lo.
- Conceito 2 – Desenvolveu, adequadamente, apenas um dos elementos do quesito (estruturas gerenciais ou ferramentas de gestão aplicadas ao setor público).
- Conceito 3 – Desenvolveu, adequadamente, os dois elementos do quesito, porém não forneceu nenhum exemplo prático de ferramenta de gestão aplicada ao setor público.
- Conceito 4 – Desenvolveu, adequadamente, os dois elementos do quesito, fornecendo ao menos um exemplo prático de ferramenta de gestão aplicada ao setor público.